



VI Simpósio Nacional de HISTÓRIA CULTURAL

Escritas da História: Ver - Sentir - Narrar

ESCRAVIDÃO E CONSTRUÇÃO CIVIL: NEGROS DA NAÇÃO NAS OBRAS PÚBLICAS DE TERESINA (1850-1871)

Genimar M. R. de Carvalho*

O processo de construção da nova capital da Província do Piauí iniciou-se antes mesmo da aprovação da Resolução nº 315, de 1852, que transferiu a capital de Oeiras para a Vila Nova do Poti, posteriormente chamada Teresina. Ainda em 1850, o então presidente da província José Antônio Saraiva, articulador do processo de transferência, visitou a região conhecida como Chapada do Corisco, a aproximadamente 6 Km da sede da Vila Velha do Poti. Este foi o local escolhido para a construção da nova capital e transferência dos habitantes da Vila Velha do Poti que eram constantemente vitimados pelas enchentes.

Logo em seguida, o presidente ordenou que se construísse a nova igreja e, para tanto, nomeou uma comissão que seria responsável pela arrecadação de recursos entre os habitantes da vila e pela fiscalização da obra. Em ofício, Saraiva ordenou que o mestre de obras públicas da província, João Isidoro da Silva França, se deslocasse com brevidade ao local escolhido para dar início às obras de construção da igreja matriz, dando-lhe instruções relativas ao transporte de trabalhadores e ferramentas como também às suas obrigações e relações com a comissão encarregada da fiscalização da

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí. Este artigo faz parte de uma pesquisa em curso, intitulada “Escravos da nação e educandos artífices nas obras públicas de Teresina (1850-1873)”.

obra. Entre as responsabilidades desta última estava o sustento dos escravizados, trabalhadores nas obras.¹

Em 20 de novembro de 1850, Saraiva autorizou o mestre Isidoro a fretar a barca de Theotônio da Costa Veloso, acreditando ser esta a forma mais econômica, rápida e cômoda, para que se fizesse o transporte das ferramentas, utensílios, obreiros e escravizados da vila de Amarante para a Vila Nova do Poti. Alguns outros escravizados seguiriam todo o trajeto por terra, conduzindo os carros de bois que seriam utilizados na construção. O presidente da província tinha pressa em começar a obra da matriz e esperava que logo “nos primeiros dias de dezembro” já se encontrassem na dita vila o mestre de obras e os trabalhadores².

No dia oito de janeiro de 1851, José Antônio Saraiva respondeu ao ofício enviado pela comissão encarregada da subscrição para a construção da igreja matriz, comunicando já ter ciência da chegada do mestre de obras públicas com 36 obreiros, entre carpinteiros, pedreiros, serventes, escravizados, quatro moleques (meninos escravizados de pouca idade, aprendizes de ofícios) e quatro soldados “destinados a fazer a policia do lugar, e a manter a ordem entre os trabalhadores ocupados nas obras publicas, e nas dos particulares”³. Entre estes primeiros trabalhadores, iniciadores do processo de construção das obras públicas de Teresina, estavam os escravizados nacionais Marcelino: Antônio, Lourenço, Policarpo, Cassiano, Eusébio, Casimiro, Nicolau, Manoel e Lourenço; e as escravizadas Hilária e Ignez, responsáveis pela preparação dos alimentos e lavagem das roupas dos trabalhadores⁴.

Eram todos trabalhadores enviados das fazendas nacionais, as quais se originaram do legado deixado por Domingos Afonso Sertão, após a sua morte em 1711, aos padres inacianos. Acrescidas de outras propriedades, totalizaram 39 fazendas em 1760, ano da expulsão dos jesuítas, quando passaram a se chamar Fazendas do Real Fisco ou simplesmente Fazendas do Fisco. Dividiam-se em três departamentos ou inspeções denominadas Piauí, Canindé e Nazaré, possuindo cada uma delas um inspetor

¹ APEPI. Sala do Poder Executivo. Livro de registros de ofícios da Presidência COD 181.

² APEPI. Sala do Poder Executivo. Livro de registros de ofícios da Presidência COD 181.

³ APEPI. Sala do Poder Executivo. Livro de registros de ofícios diversos 1848 – 1855 COD 180.

⁴ APEPI. Secretaria de Obras Públicas. Caixa 496.

nomeado pela presidência da província. Após a independência do Brasil em 1822, estas propriedades passaram a se denominar Fazendas da Nação ou Nacionais, mantendo a mesma estrutura e o fundamento no trabalho escravo. Em 1844, as propriedades da Inspeção Canindé passaram à posse do conde e condessa de Áquila. Sendo esta última irmã do imperador D. Pedro II e tendo recebido as fazendas como dote, estas passaram a ser geridas por procuradores particulares indicados pelo casal. Como afirma Solimar Oliveira Lima, em relação às fazendas:

As propriedades, embora fossem reconhecidas legalmente e administradas como “fazendas de criação” haviam deixado de ser exclusivas do criatório. (...) A nova estrutura de funcionamento havia transformado as propriedades em fazendas de criação, produtoras de gêneros para o mercado interno e fornecedoras de mão de obra para a província e para o Império.⁵

Havia, como ressaltado, a possibilidade de deslocamento dos trabalhadores escravizados para outras unidades produtivas, dentro e fora da província, ou ainda para o exercício de atividades não diretamente relacionadas às necessidades das fazendas o que, em regra, forjava para os trabalhadores o cumprimento de novas tarefas e serviços. Como exemplo, temos a cessão de trabalhadores para a construção civil, em especial as obras públicas, e para servirem no “zelo” dos prédios públicos. Dessarte primava-se, sempre que possível, pela substituição dos trabalhadores assalariados por escravizados, ensinando a estes últimos os ofícios desempenhados pelos anteriores.⁶ Neste sentido, Saraiva fez claras recomendações:

Recommendo a V.S^{as} que não admittão na obra da Igreja Matriz da Villa Nova do Puty outros serventes se não os escravos das Fazendas Fiscaes [...]. Já mandei quatro escravos pequenos para serem admittidos como aprendizes na obra de pedreiro, ou carpina, e estes podem dispensar completamente o serviço de quaesquer outros em taes circunstancias.⁷

Praticamente um ano depois, o presidente da Província reforçou a recomendação dada anteriormente:

⁵ LIMA, Solimar Oliveira. **Braço Forte**: Trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí (1822 – 1871). Passo Fundo: UPF, 2005. p. 50.

⁶ GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 6 ed. 1992. p. 287.

⁷ APEPI. Sala do Poder Executivo. Livro de registros de ofícios da Presidência COD 180.

[...] e **efectivamente lhes ordeno, que não consintão na obra outros serventes que não sejam escravos das fazendas fiscaes** [grifo nosso], representando-me sobre a necessidade de maior numero, quando assim o julguem conveniente⁸.

Economia foi a palavra de ordem durante todo o processo de construção das primeiras edificações da cidade. Economizava-se na aquisição e transporte dos materiais necessários, na contratação e no sustento dos trabalhadores. Até mesmo a construção da Igreja Matriz de N. S. do Amparo, primeiro prédio público da nova capital, foi realizada com a ajuda dos moradores da Vila. Assim sendo, tratava-se de aliar redução de custos para o poder público, apoio e empenho popular para o projeto, sempre zelando para não onerar os solícitos moradores. Neste contexto, procurava-se utilizar o maior número possível de trabalhadores escravizados em substituição aos trabalhadores livres assalariados, visando o barateamento das obras e mantendo-se, contudo, o tempo e a qualidade dos trabalhos previstos. Assim, a mão de obra escravizada aparece nas correspondências oficiais, a exemplo da correspondência entre a comissão encarregada da construção da matriz e o presidente da província, como detentora de habilidades para a construção civil, ainda que apresentando menor produtividade:

[...] a Comissão tem entendido, que só se devem conservar os serventes indispensaveis e [...] que aquillo que os serventes assalariados fasem em dous dias, por exemplo, os escravos fiscaes podem faser em quatro dias sem o menor atraso do serviço, e com economia de salarios p.^a a obra.⁹

Desta forma, os negros escravizados adquiriam, para a administração pública, uma especialidade apresentada como “servente”. A categoria servente na construção pública, ontem e hoje, constitui-se no exercício de atividades de acordo com as necessidades das construções. No caso dos trabalhadores escravizados, foram eles os responsáveis pelo corte e transporte de madeiras e palhas, pela limpeza dos terrenos, pelo transporte da água para o preparo da massa e para o consumo humano. Construíram galpões para armazenamento dos materiais e para a moradia, transportaram cal, barro, telhas e pedras, auxiliaram os pedreiros e carpinteiros no preparo da

⁸ APEPI. Sala do Poder Executivo. Livro de registros de ofícios da Presidência COD 180.

⁹ APEPI. Fundo do Palácio do Governo. Caixa 250.

argamassa e no assentamento de portas e janelas, cobriram telhados e cavaram as valas onde seriam construídos os alicerces.

As múltiplas habilidades do trabalhador escravizado servente ratificavam o padrão de utilização dos escravizados no processo produtivo sob a vigência das relações escravistas. O trabalhador, em regra, desenvolvia tarefas e serviços conforme a necessidade do processo de trabalho. Assim, o trabalho de um servente escravizado caracterizava-se, fundamentalmente, pela diversificação. A diversidade de tarefas a serem desempenhadas revelava-se uma eficiente estratégia de combate à ociosidade. Ainda no primeiro semestre de 1852, devido à falta de cal, a obra da matriz foi paralisada. Como os trabalhadores escravizados não podiam ficar ociosos, eles foram encarregados da extração de matérias-primas para a referida obra. Ordenou Saraiva que quatro escravos, dentre os empregados na obra e, acompanhados de um bom oficial de carpina, fossem retirar madeiras de cedro nas terras do Coronel José Cândido. Os demais escravos foram encarregados de extrair pedras, barro e quaisquer outros materiais necessários para a obra.¹⁰

Em que pese estes trabalhadores escravizados aparecerem nas correspondências entre o mestre de obras públicas e o presidente da província como trabalhadores sem nenhuma especialização, a necessidade de trabalhadores especializados impelia a administração a inserir nas obras, muitos jovens escravizados para aprenderem um ofício, geralmente o de pedreiro ou de carpinteiro¹¹. Ressalte-se que, no processo de inserção dos trabalhadores nestas obras, a sua função era limitada a de servente, embora houvesse a expectativa do trabalho especializado futuro. Como servente ou especializado, o trabalhador escravizado não possuía autonomia no processo de trabalho no que diz respeito ao padrão de arquitetura ou urbanismo nem tampouco em relação aos métodos de construção. Portanto, o escravizado limitava-se a reproduzir ordens e a executar os padrões pré-estabelecidos.

O padrão arquitetônico e as técnicas construtivas decorriam das condições econômicas e sociais, ou seja, de uma economia rural escravocrata onde a ideia de unidade arquitetônica e urbanística refletia a estratificação, o autoritarismo e a

¹⁰ APEPI. Sala do Poder Executivo. Livro de registros de ofícios da Presidência COD 181.

¹¹ APEPI. Sala do Poder Executivo. Livro de registros de ofícios da Presidência COD 180.

rusticidade inerentes ao sistema escravista. A simplicidade das edificações, o aspecto pesado e sombrio, a forma retangular e a pouca luminosidade interior representavam o poder e o controle senhoriais. Por via de regra, predominou nestas edificações a simplicidade arquitetônica, a pobreza das técnicas produtivas e a rusticidade ou má qualificação da mão de obra¹².

Ao que tudo leva a crer, embora a mão de obra escravizada tenha sido amplamente utilizada nas edificações, como auxiliar ou principal, no cotidiano das obras ela parece ter demonstrado pouca habilidade ou desamor para o trabalho requerido. A construção da Matriz de N. S. do Amparo é exemplar, a julgar pelos sucessivos problemas. Em janeiro de 1852 o presidente da província reclamou que a obra não apresentava o progresso esperado, levando-se em conta o número de trabalhadores empregados e as despesas feitas, não estando ainda concluídas as paredes da capela-mor.¹³ Pouco tempo depois, queixou-se novamente o presidente da província da morosidade da obra, decidindo paralisar os trabalhos e ir pessoalmente examiná-la, avaliando a conveniência de manter a administração da obra a cargo público ou de submetê-la à arrematação por particulares. Esta não foi a única vez que a obra da matriz foi paralisada. As motivações eram variadas, porém recorrentes: a falta de matérias-primas, a falta de trabalhadores e a seca que, ocasionando a ausência das pastagens, consequentemente debilitava os rebanhos, fazendo decrescer as rendas da província economicamente baseada na atividade agropastoril extensiva, além de dificultar o transporte dos materiais necessários para as obras¹⁴.

Cinco anos após o início das obras da matriz, ela ainda apresentava muitos defeitos em sua construção. De acordo com o relatório elaborado pelo engenheiro recém-contratado pelos cofres provinciais, Alfredo de Barros e Vasconcelos, o edifício da matriz não apresentava regularidade nem solidez, o exterior tinha aparência desagradável e desproporcional, o interior era mal dividido e irregular, havia paredes rachadas e desaprumadas e a capela-mor era “demasiadamente acanhada”. A falta de

¹² MAESTRI, Mário. **O sobrado e o cativo**: A arquitetura urbana erudita no Brasil escravista. O caso gaúcho. Passo Fundo: UFP, 2001.

¹³ APEPI. Sala do Poder Executivo. Livro de registros de ofícios da Presidência COD 180.

¹⁴ APEPI. Sala do Poder Executivo. Relatório do presidente da província de 1856.

solidez dos alicerces, problema que segundo ele não tinha solução, demandava constantes reparos¹⁵.

Na avaliação de Alfredo de Barros e Vasconcelos, houve uma sucessão de erros que motivaram os problemas estruturais no edifício da matriz, dentre os quais, a utilização (por motivações econômicas) de argamassa de má qualidade, a inobservância das normas e necessidades próprias a um terreno frouxo e argiloso na construção dos alicerces, bem como o emprego de operários sem qualificação. Segundo o engenheiro, durante a edificação da igreja matriz, pouco se tinha levado em conta os princípios da arquitetura, o que o motivara reiteradas vezes, e não somente ele, a defender a construção de outra matriz, tão logo os cofres públicos dispusessem de recursos suficientes¹⁶.

Além do trabalho na construção de prédios públicos, os escravizados nacionais eram a mão de obra de outras obras públicas, como a limpeza do rio Parnaíba (para facilitar a navegabilidade), o corte de lenha para fornecimento público e para o vapor Uruçuí da Companhia de Navegação do rio Parnaíba, a limpeza dos poços públicos para consumo doméstico de água e o aterramento das áreas pantanosas da cidade¹⁷. Os trabalhadores escravizados além de úteis à construção das edificações, nelas permaneciam para garantir o seu pleno funcionamento. Desta forma, ganharam novamente a pecha de “serventes”, mas com outras atribuições dentro e fora dos prédios das repartições públicas, a exemplo do Palácio da Presidência da Província:

Não havendo ainda serventes proprios para o Palacio da Presidencia, e reconhecendo que he indispensavel a concervação de algum que trate do aceio da Caza, e serventia d’agua, designei os escravos Nacionaes Lourenço e Ignez mulher do mesmo para o fim indicado; por isso já os ditos escravos forão mandados para Palacio fazerem seu serviço, ficando elles tambem obrigados a aguarem as mangueiras que formão o primeiro quadro da Praça, em quanto não tiverem m.¹⁰ em que se occupar¹⁸.

¹⁵ APEPI. Sala do Poder Executivo. Relatório do presidente da província de 1856.

¹⁶ APEPI. Sala do Poder Executivo. Relatório do presidente da província de 1856.

¹⁷ APEPI. Sala do Poder Executivo. Livro de registros de ofícios da Presidência COD 180, COD 181, COD 187; Fundo do Poder Executivo. Assunto: Teresina 1855/1857/1858/1859.

¹⁸ APEPI. Secretaria de Obras Públicas. Caixa 496.

Vasta é a quantidade de ofícios relacionados aos escravizados nacionais servindo aos prédios públicos. No regulamento do Hospital de Caridade, na seção que trata dos serventes do hospital, encontramos a designação de suas funções:

Artigo 38. Haverão dois serventes, um para cada um Enfermeiro, e também uma servente para a Enfermeira.

Artigo 39. Serão obrigados à todo o serviço da casa, esgoto, conduções, mandados e determinações imediatas dos Enfermeiros, assim como dos demais Empregados¹⁹.

É certo que os serventes do hospital, segundo consta no regulamento, poderiam ser livres ou cativos, entretanto, por motivações econômicas, a grande maioria das referências encontradas e relativas aos serventes remete à utilização dos escravizados nacionais para esta função. Na documentação pesquisada, deparamo-nos assaz frequentemente com pedidos do administrador do Hospital de Caridade para que fossem enviados escravizados das fazendas nacionais com vistas a “substituírem os serventes desse Hospital que se alforriarão”²⁰ ou, como no caso do escravizado Faustino, para “substituir ao de nome Francisco (Chicão), que servia no Hospital de Caridade”²¹ e que encontrava-se preso.

Todavia, a maioria dos pedidos de substituição era motivada por doenças dos escravizados serventes, tal qual o caso da escravizada que tinha como função a lavagem das roupas no Hospital²². Esta situação igualmente valia para aqueles que serviam no Estabelecimento dos Educandos Artífices. Tomaz, um dos escravizados serventes no referido estabelecimento, faleceu em 1860 no Hospital de Caridade. Josefa, Basílio, Manoel Raimundo, Manoel José, Luísa, José e Domingos, todos serventes do Estabelecimento dos Educandos Artífices no período de 1860 a 1865, foram substituídos por motivos de saúde. As péssimas condições de vida e trabalho, associadas a eventuais epidemias, tornavam comum a ocorrência de doenças entre os escravizados e a frequente necessidade de substituição:

[...] Manoel, e Victorino, escravos das fazendas fiscaes, este das Guaribas, e aquelle da Gameleira do Piauhy, quando vierão p^a o

¹⁹ APEPI. Código das Leis Piauienses de 1857.

²⁰ APEPI. Sala do Poder Executivo. Livro de registros de ofícios da Presidência COD 187.

²¹ APEPI. Secretaria de Obras Públicas. Caixa 496.

²² APEPI. Fundo do Palácio do Governo. Caixa 250.

serviço das obras publicas, queixarão-se de soffrêr molestia no peito, e agora pela continuação do serviço, sofrem bastante desse mal aponto de escarrarem sangue pela boca, deixando assim de fazerem mais serviço, cauzando por isso prejuizo, não só a fazenda, já com remedios, como m.^{mo} por se ir agravando m.^o este mal, tornando-se assim perigoza a vida d'elles, por isso pesso a V.Ex.^a que tomando em consideração o que a cima exponho, mandar vir outros em substituição d'elles, que nenhum serviço prestão as mesmas obras publicas; porem V.Ex.^a mandará o que for servido²³.

Além das atividades inerentes às obras públicas e às repartições públicas, alguns escravizados igualmente trabalhavam para obter a sua parca alimentação. O presidente da província José Antônio Saraiva autorizou que Avelino da Silva, encarregado do suprimento dos escravos das fazendas nacionais utilizados nas obras públicas, empregasse tais trabalhadores “das 7 as 9 horas da noite em socar o arroz e milho para sustento d'elles visto que a escrava não pode só dar conta desse trabalho e, do da cozinha.”²⁴

Não bastassem as duras condições de vida e trabalho, não importando o local e a atividade exercida, atrelado ao trabalho estava o castigo. Assim sendo, tal como no domínio privado, a forma, a intensidade e a frequência eram ditadas pela exigência do trabalho, de forma a não tornar o escravizado inútil para exercer as suas atividades. A violência era a resposta pública à rejeição do trabalhador escravizado ao trabalho, vista como manifestação de indolência e vadiagem. Em verdade, a rejeição do trabalhador era a resistência à sua própria condição, como bem explica Gorender:

É que no escravismo a oposição do trabalhador ao explorador se manifesta, mais do que em qualquer outro modo de produção, sob o aspecto de **oposição ao próprio trabalho**. (...) Porque o escravo real só conquistava a consciência de si mesmo como ser humano ao **repelir o trabalho**, o que constituía sua manifestação mais espontânea de **repulsa ao senhor** e ao estado de escravidão.²⁵

Da resistência derivava a necessidade constante do uso da violência, explícita ou implícita.²⁶ O castigo e o controle permanentes dos escravizados eram temas

²³ APEPI. Secretaria de Obras Públicas. Caixa 496.

²⁴ APEPI. Sala do Poder Executivo. Livro de registros de ofícios da Presidência COD 181.

²⁵ GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 6 ed. 1992. p. 62, 63.

²⁶ GORENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada**. São Paulo: Ed. Ática, 1980. p. 27.

regularmente tratados nas correspondências entre o presidente da província e o mestre de obras públicas. É exemplar a fala a seguir, proferida pelo presidente:

(...) mande convenientemente castigar os escravos das Fazendas Fiscaes, que lhe faltarão ao respeito, pois que sendo V.M.^{cc} a pessoa a quem se achão elles sujeitos n'essa vila, é que deve dar-lhes os castigos merecidos, e estranho-lhe, que se julgue V.M.^{cc} sem esse direito pois que **me parece impossivel que bem sirvam taes escravos sem temor de castigo algum** [grifo nosso], sendo que a Comissão encarregada da obra bem procedeo respondendo-lhe como fez, pois que não só elle, como V.M.^{cc} podem mandar castigar os mesmos escravos, sabe o director de inspeção da Presidencia sobre a **moderação de taes castigos**²⁷. [grifo nosso]

Para a vigilância e manutenção da ordem sobre os trabalhadores nos locais de obras públicas, havia o aparato policial. Os trabalhadores executavam as suas tarefas e serviços sob olhares atentos de soldados devidamente instruídos e armados²⁸. A partir de 1857, com a extinção no ano anterior do cargo de mestre das obras públicas, passou a vigorar o Regulamento nº 32, referente à direção e fiscalização das obras públicas provinciais. Dentre as medidas instituídas por este regulamento, estava a criação do cargo de feitor das obras públicas, cuja função era, entre outras, observar “a todas as horas de trabalho, se os trabalhadores cumprem os seus deveres”²⁹.

Percebemos na documentação pesquisada uma frequência considerável de pedidos ou ordens de devolução de trabalhadores escravizados às fazendas nacionais por parte das autoridades responsáveis pelas obras públicas, com a alegação de não poderem prestar nenhum tipo de serviço. Como a documentação não apresenta os motivos de tal alegação e, descartando a possibilidade de eventual doença destes trabalhadores, caso sempre acompanhado do pedido de substituição, acreditamos que uma das motivações destas devoluções fosse a dificuldade de adequação ao tipo de trabalho próprio da construção civil.

Ainda em 1850, sete escravos foram devolvidos para as fazendas nacionais³⁰. No ano seguinte, mais quatro foram devolvidos, seguidos da observação do mestre de

²⁷ APEPI. Sala do Poder Executivo. Livro de registros de ofícios da Presidência COD 181.

²⁸ APEPI. Sala do Poder Executivo. Livro de registros de ofícios diversos 1848 – 1855 COD 180.

²⁹ APEPI. Código das Leis Piauienses de 1857.

³⁰ APEPI. Sala do Poder Executivo. Livro de registros de ofícios da Presidência COD 181.

obras na qual este último informava que os trabalhadores “não podiam prestar serviço algum à obra da matriz”.³¹ Oriundos das fazendas nacionais, os homens escravizados eram vaqueiros, acostumados predominantemente ao trabalho pastoril, embora desenvolvessem outras tarefas nas fazendas³².

Como trabalhadores não habilitados para as tarefas exigidas pela construção, não poderiam, nas condições concretas, adquirir habilidades no ritmo desejado e exigido. Contudo, a principal motivação das devoluções de escravizados para as fazendas nacionais parece ter sido o não aprendizado, proposital, de um ofício, denotando uma forma de resistência. Resistência que se manifestava contrária às constantes transferências internas e externas de trabalhadores escravizados das fazendas nacionais e cujo início ocorria ainda nas fazendas, com ameaças de fugas e suicídio³³. Efetuada a transferência para a nova capital para o trabalho nas obras públicas, o ato de “fazer mal feito” seria uma eficiente forma de ser mandado de volta às fazendas. A oposição ao explorador refletiu-se, inúmeras vezes, na repulsa ao próprio trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHAVES, Monsenhor. **Obra Completa**. Teresina. Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

Diário da viagem de regresso para o Reino, de João da Maia da Gama, e de inspeção das Barras dos rios do Maranhão e das Capitânicas do Norte, em 1728. **Biblioteca do IHGB**. Livro nº 158.

FALCI, Miridan Britto Knox. **Escravos do sertão**: Demografia, trabalho e relações sociais. Piauí 1826-1888. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves. 1995.

GORENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada**. São Paulo: Ed. Ática, 1980.

_____, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 6 ed. 1992.

³¹ APEPI. Sala do Poder Executivo. Livro de registros de ofícios da Presidência COD 181.

³² FALCI, Miridan Britto Knox. **Escravos do sertão**: Demografia, trabalho e relações sociais. Piauí 1826-1888. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves. 1995.

³³ LIMA, Solimar Oliveira. **Braço Forte**: Trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí (1822 – 1871). Passo Fundo: UPF, 2005. p. 52,53.

LIMA, Solimar Oliveira. **Braço Forte**: Trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí (1822 – 1871). Passo Fundo: UPF, 2005.

NUNES, Odilon. **Pesquisas para a história do Piauí**. v. IV. Teresina: FUNDAPI; Fundação Monsenhor Chaves, 2007.

Fontes Consultadas

APEPI. Fundo do Palácio do Governo. Caixa 730.

APEPI. Fundo do Palácio do Governo. Caixa 250.

APEPI. Código das Leis Piauienses de 1852.

APEPI. Código das Leis Piauienses de 1857.

APEPI. Relatórios dos presidentes da província de 1854, 1855, 1856 e 1857.

APEPI. Livro de registros de ofícios da Presidência COD 180, COD 181, COD 187.

APEPI. Fundo do Poder Executivo. Assunto: Teresina 1855/1857/1858/1859.

APEPI. Secretaria de Obras Públicas. Caixa 496.